

A juventude na construção do capital social

*Angélica Lyra de Araújo**

Resumo: Trata-se uma reflexão sobre juventude e participação política. Notamos que há um deslocamento dos jovens no que se refere à sua atuação social. Desse modo, é possível pensar que o descrédito em relação às instituições públicas estaria levando os jovens a buscarem alternativas de participação na sociedade, isto é, estaria aumentando sua adesão a projetos sócio-culturais distantes da esfera pública, da política convencional. O que encontramos, nesse contexto, são estudos que tentam dar conta da dimensão do capital social e da juventude, analisados como expressão de movimentos, que por sua vez, interfere decisivamente na construção da democracia brasileira.

Palavras-chave: Juventude; cultura política; capital social.

The Youth in the Capital Construction

Abstract: This is a reflection on youth and political participation. We note that there is a movement of young people with regard to their social activities. Thus, it is possible to think that the discredit for public institutions would be leading young people to seek alternatives to participate in society, that is, is increasing its membership to socio-cultural projects away from the public sphere of conventional politics. What we find that there are studies that try to give an account of the size of the share capital and youth, analysed as an expression of movement, which in turn, interferes decisively in the construction of Brazilian democracy.

Key-words: Youth; culture policy; capital.

Capital social e juventude

O cenário político mundial, apesar de algumas exceções, tem se caracterizado pelos altos índices de pobreza e de exclusão social, situação que interfere diretamente no apoio e na crença ao sistema democrático e as instituições políticas. O quadro geral é de uma crescente insatisfação com administração da coisa pública. Não muito longe disso, está a leitura da população juvenil, provocando nesta categoria sentimentos de apatia e de desconfiança sobre a política.

Diante disso, como uma forma de resposta, há o esforço da ciência política em encontrar mecanismo para reverter às atitudes e comportamentos dos jovens em relação às instituições políticas, no sentido de torná-las mais favoráveis politicamente.

É por isso que nas últimas décadas a Ciência Política tem desenvolvido estudos sobre atitudes e comportamentos políticos dos jovens. As pesquisas a respeito do

* Mestre em Ciências Sociais e Integrante do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular da UEL. End. eletrônico: lyradearaujo@yahoo.com.br

engajamento político dos jovens, de modo geral, estão baseadas o conceito de cultura política, o qual privilegia a realidade dos indivíduos, a análise da formação de opinião, atitudes e comportamentos.

Nesse caso, emprega-se o uso do conceito de capital social, que pode ser compreendido como aquela realidade em que os indivíduos trabalham cooperando entre si, partindo do pressuposto da busca do bem comum e da confiança recíproca. São atitudes que gerariam um melhor desempenho político e econômico de toda a sociedade, tendo em vista o surgimento de uma cultura cívica e participativa.

Ao tratarmos de questões relacionadas à participação e cidadania, um novo conceito nos é acrescido, a noção de empoderamento¹. A aplicabilidade desse termo está no fato de que esse propicia um maior envolvimento “dos indivíduos em ações cooperativas, solidárias e políticas, capacitando-os para se articularem em prol de interesses coletivos” (SILVEIRA, 2006, p. 252). Essa idéia sustenta a noção da possibilidade dos cidadãos se sentirem protagonistas de programas, projetos e políticas públicas.

Com efeito, o termo empoderamento implica um processo que visa fortalecer a autoconfiança dos indivíduos, capacitando-os para articulação de interesses individuais de autonomia e para a capacidade de intervir na realidade, de modo a lhes permitir uma vida auto-determinada e auto-responsável nos processos de participação, discussão e decisão. Coincidentemente, o surgimento desse conceito sugere a eclosão dos movimentos sociais, como os dos estudantes, de negros, das mulheres, entre outros, ocorrido no final das décadas de 1960 e 1970 anos (SILVEIRA, 2005). A respeito disso, Silveira aponta:

relacionar a noção de empoderamento à proposta de construção de capital social na juventude sugere a necessidade de realizar práticas de intervenção na realidade como forma de reverter o sentimento de apatia e o comportamento de repúdio em relação à vida política. Assim, requer a promoção de processos de socialização política, objetivando possibilitar aos jovens acesso a noções sobre direitos, cidadania e engajamento cívico em atividades coletivas e solidárias (SILVEIRA, 2006, p.261).

¹ Segundo Dallabrida, o termo empoderamento (em português) “foi introduzido na literatura internacional nas obras de Friedman (1996): *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, traduzida para o português pela Editora Celta, de Portugal” (2006, p.166).

Também nesse processo de empoderamento é preciso não só trazer os jovens para a esfera da participação ou possibilitar o seu acesso a discussões, mas, sobretudo, levá-los ao questionamento das estruturas de poder que se configuram no seu cotidiano.

Putnam (1996) também comenta o fato de que a participação de pessoas em atividades associativas tem um peso significativo no desenvolvimento de normas de reciprocidade e de confiança interpessoal e institucional. Para ele, assim, relacionar o conceito de empoderamento com os jovens não significa que se trata apenas de inserir-lo nas discussões em torno da participação, mas, sobretudo, de levá-los ao questionamento das estruturas de poder presentes no dia-a-dia.

O que de fato está em questão é a idéia de que empoderar é a capacidade de proporcionar a reflexão e a ação das práticas cotidianas como uma proposta de intervenção na realidade, através de um processo intencional e conscientizador no âmbito educacional.

Nesse sentido, a proposta de Paulo Freire pode ser de grande valia uma vez que empoderar é a capacidade de possibilitar a reflexão e a ação, os temas geradores presentes no processo de ensino e aprendizagem, podem desencadeá-los. Portanto, o ato de empoderar pode ser visto como um fator determinante no desenvolvimento de capital social, principalmente no que se refere à constituição de projetos coletivos no conjunto de uma comunidade ou de instituição, bem como no despertar do senso de responsabilidade, de solidariedade e de cooperação.

Nessa ótica, Carla Pinto comenta também que empoderar é “um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sociocultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos a aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (PINTO *apud* SILVEIRA, 2006, p. 262).

Sendo assim, o conceito de empoderamento pode ser reconhecido pela capacidade de promover valores cooperativos e cidadãos engajados, como na sua atuação de organizações na sociedade civil.

Diante disso, não podemos deixar de levantar alguns questionamentos: de que forma pode-se construir o capital social? Qual a relação que há entre capital social e juventude? É possível estabelecer uma relação entre capital social e juventude?

O que encontramos, nesse contexto, são estudos que tentam dar conta da dimensão do capital social e da juventude, ainda que muito discretamente tentem abordar a questão da

juventude. Como exemplo, citamos a Unesco que, em agosto de 2001, promoveu em Portugal um seminário com a seguinte temática: *Automizar a Juventude para Agir*, enfatizando a importância de se delegar poder para os jovens e suas respectivas organizações a fim de eles terem a oportunidade de decidir suas vidas e o seu bem-estar. Um outro estudo que segue a mesma linha é o de Rodriguez (BAQUERO; HAMMES, 2006), cuja análise está centrada nos jovens rurais. A partir desse estudo foi possível observar que a participação e o empoderamento permitem criar uma consciência no público e no coletivo fomentando a criação de relações de confiança que constroem e fortalecem as instituições. Em outras palavras, diríamos que “com a participação cidadã direta da juventude e a organização de novas formas de fazer política entre os jovens, rompendo com o esquema clientelista, desenvolvem-se também capacidades de gestão cidadã, pela experiência acumulada de participação” (SILVEIRA, 2006, p.235).

A partir daí, encontramos organizações governamentais e não-governamentais que, sabendo da necessidade de desenvolver a relação entre capital social e juventude, propõem projetos e programas que buscam desenvolver ações e propostas alternativas para o desenvolvimento da confiança direcionada para o bem-estar da coletividade.

As experiências em torno desses programas permitiriam que fosse realizada uma avaliação a respeito do capital social, no período de 2000 a 2002, avaliando o impacto subjetivo da participação dos jovens chilenos em programas sociais, a cargo do Instituto Nacional da Juventude (INJUV). As constatações foram as seguintes:

a) É por meio do reconhecimento da comunidade, como espaço ativo de fortalecimento da identidade, que se definem estratégias de crescimento coletivo, desenhando programas de capacitação de sujeitos e grupos sociais;

b) As habilidades de empreender estão associadas às trajetórias vitais dos jovens, portanto, não transferíveis mediante experiência pontuais de capacitação ou trabalho grupal, mas são desenvolvidas em processos sistemáticos de participação;

c) Há um impacto positivo nos jovens que participam desse tipo de programas juvenis, com destaque para a participação nas atividades e na convivência entre os participantes e encarregados, pois os que avaliam mais positivamente tais programas são os que apresentam maior nível de capital social percebido no plano individual e coletivo;

d) Os jovens avaliam positivamente o funcionamento interno dos programas, de modo particular os diretamente vinculados à participação, tanto em programas produtivos como culturais ou social-comunitários, ainda que a maioria dos programas não vincule a noção de capital social com o conceito de capacidade empreendedora juvenil.

Através dessas ações empreendedoras é possível criar ainda mais políticas e programas de empregabilidade, estabelecendo conexão entre capital social e desenvolvimento da capacidade empreendedora juvenil. Um outro projeto desenvolvido na Universidade Metropolitana da Venezuela intitula-se *O Projecto Tutorial de Capital Social y Liderazgo Juvenil*. Esse projeto parte da premissa de que é possível a mudança cultural por meio do processo educativo, com o ensino de valores e atitudes na universidade, bem como, a prática dos valores via voluntariado social, como componente institucional, para exercitar os valores de capital social, transmitindo também para o Ensino Médio como para as organizações não-governamentais.

E também no Saguaro *Seminar on Civic Engagement in América, com o título 'Youth and social capital*, de 2001 discutiu-se sobre o desenvolvimento de capital social entre a juventude. O trabalho em questão apresenta os jovens norte-americanos com características contraditórias, isto é, jovens envolvidos em gangues, viciados em videogames, preguiçosos, andarilhos, jogadores de futebol, ativistas ambientais, artistas de *hip hop*, escoteiros e trabalhadores de empresas familiares. A respeito das discussões dentro do Saguaro, Baquero e Hammes apontam que:

os adultos muito freqüentemente negligenciam os jovens, exceto quando eles estão em problemas. Os jovens desejam o que qualquer um de nós deseja: ter um sentimento de pertença, fazer parte de uma comunidade, solidariedade, respeito, sucesso e oportunidade. Se essas necessidades são satisfeitas por gangues – ou ao contrário, pelas escolas, igrejas, ligas desportivas – depende de nós enquanto sociedade. E as escolhas que fazemos têm efeitos a médio e longo prazos. A natureza do capital social disponível aos jovens influencia a qualidade de sua aprendizagem, suas chances de freqüentar a universidade, se cometerão crimes ou se envolverão com drogas e cometerão suicídio. Numa nação que se orgulha de se reinventar constantemente, os jovens representam a promessa de uma América mais forte e seu bem-estar é o indicador principal da saúde de nossas comunidades. Nossa nação vai à direção que forem os jovens (BAQUERO; HAMMES, 2006, p. 239). (Tradução nossa)

Diante do exposto, o que podemos apontar é a necessidade de investimentos na juventude com vistas a construir o capital social nos diferentes setores da sociedade.

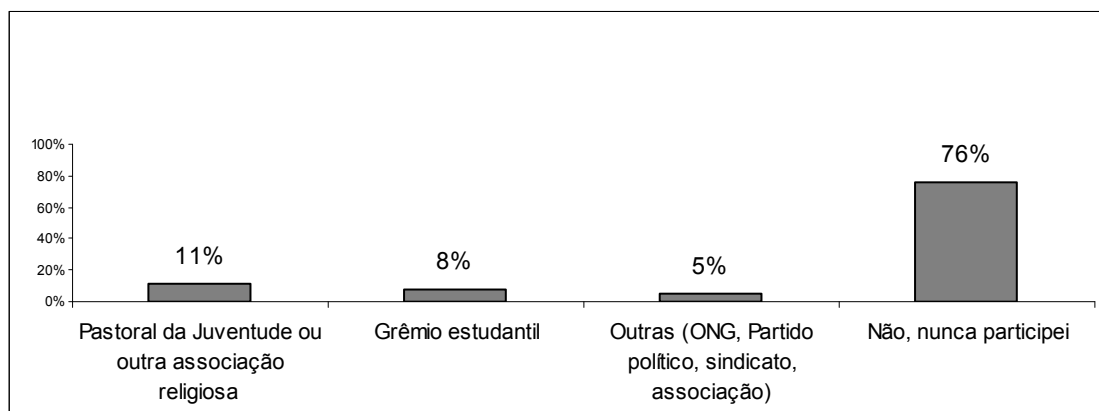
Trata-se de uma política que significa um ganho não só para os jovens como categoria social, mas também para toda a sociedade. Se os jovens vão mal, também vai a sociedade como um todo. Os jovens não são apenas o futuro, mas já o presente de qualquer ordenamento societário. Daí, não poderemos negligenciá-los ou mesmo subestimá-los em termos de sua incidência na configuração das sociedades.

Diante do exposto analisaremos a seguir alguns dados em relação à participação política, assim como, uma futura participação dos jovens em questões relacionadas a política.

Participação em organização políticas

No que tange à participação direta dos jovens em organizações políticas, obtivemos os seguintes resultados gerais.

Gráfico 1 – Participação nas Organizações Políticas



Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Observamos, primeiro que a grande maioria dos estudantes não participa. Dentre os que participam, as atividades religiosas têm preferência de 11% dos jovens. Todavia, o que nos impressiona é o fato do percentual altíssimo de jovens que nunca participaram de nenhuma das organizações indicadas. E as atividades mais claramente políticas, como partido, sindicatos, apresentam percentuais muito baixos. No que tange à participação dos

jovens e das jovens estudantes nas organizações políticas, a nossa pesquisa revela uma tendência já identificada por Schmidt (2001), ou seja, as jovens participam mais no Pastoral da Juventude ou em outra associação de cunho religioso, e os jovens são mais ativos no movimento estudantil. Nossos números são de que 13% das jovens estão na Pastoral da juventude ou outra associação religiosa (contra 9% dos jovens), enquanto que 11% dos jovens estão militando no grêmio estudantil, contra apenas 5% das jovens. Mas de modo geral, elas participam menos (79% contra 73% não participam)

Tabela 1 – Participação nas Organizações Políticas por Gênero

| | Feminino | Masculino |
|---|----------|-----------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 13% | 9% |
| Grêmio estudantil | 5% | 11% |
| Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação) | 3% | 7% |
| Não, nunca participei | 79% | 73% |
| Total | 131 | 139 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

São dados que confirmam a tendência tradicional de as mulheres estarem mais presentes em ambientes religiosos, conforme já apontamos ao tratarmos do comportamento dos estudantes em atividades comunitárias. Estando mais ligadas à religião, as mulheres sentem-se mais propensas a participar das organizações que as igrejas lhes apresentam, e de forma mais intensa que os homens. Em se tratando da experiência de trabalho, notamos certa influência na atitude dos jovens estudantes acerca de onde atuarem. Quem já trabalhou participa mais: 16% tende a preferir a participação em grêmios estudantis, 13% em pastoral e 6% em outros tipos. Quem trabalha participa menos, mas o curioso é quem nunca trabalhou, que apresenta os piores índices de participação. A respeito de participar da Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa, não há basicamente diferenças entre os jovens estudantes: 11% (trabalha), 13% (já trabalhou,) e 10% (nunca trabalhou). É interessante notar que, entre as três situações de trabalho, os jovens que nunca trabalharam são os que menos estão participando de organizações políticas: 83% deles, percentual acima da tendência geral que é de 76%.

Tabela 2 – Participação nas Organizações Políticas por Trabalho

| | Trabalha | Já trabalhou | Nunca trabalhou |
|---|----------|--------------|-----------------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 11% | 13% | 10% |
| Grêmio estudantil | 7% | 16% | 5% |
| Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação) | 6% | 6% | 2% |
| Não, nunca participei | 76% | 65% | 83% |
| Total | 107 | 62 | 101 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

O fato dos jovens estarem estudando em escolas públicas ou particulares parece não afetar significativamente a participação deles em organizações políticas. Todavia, já apontamos que há uma tendência dos jovens das escolas particulares participarem menos de atividades esportivas e religiosas.

E essa mesma realidade se verifica quando se trata da participação no grêmio estudantil ou em grupos ligados a igreja. Nenhum dos estudantes das escolas particulares (0%) disse que gostaria de participar da Pastoral da Juventude ou de outra associação religiosa e apenas 6% se mostrou interessado em participar do grêmio estudantil.

Tabela 3 – Participação nas Organizações Políticas por Escola

| | Pública | Particular |
|---|---------|------------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 12% | 9% |
| Grêmio estudantil | 8% | 9% |
| Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação) | 5% | 4% |
| Não, nunca participei | 75% | 78% |
| Total | 216 | 54 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere à participação em atividades comunitárias, ela interfere nas preferências. Por exemplo, uma parte dos que participam de atividades religiosas tende a participar da Pastoral da Juventude (25%).

Em todos os casos, a maioria não participa de associações de caráter político. Contudo, entre os que não participam de atividades comunitárias esse percentual é significativamente mais alto (83%). Quem participa de grupos esportivos tem uma tendência a ligar-se ao grêmio estudantil (16%).

No grupo dos jovens que participam de atividades religiosas, 61% não participa de nada, mas 25% estão ligadas à Pastoral da Juventude. No grupo dos “outros”, 67% não participam de nada, mas 17% encontram-se próximos a ONGs e outras instituições de caráter político. Notamos também uma tendência de posição.

Quem participa de atividade religiosa tendem a participar mais da Pastoral da Juventude e menos do Grêmio Estudantil. O contrário acontece com os jovens que participam de atividades esportivas, com percentuais sempre acima da média. Compare os dados:

Tabela 4 – Participação nas Organizações Políticas por Atividade Comunitária

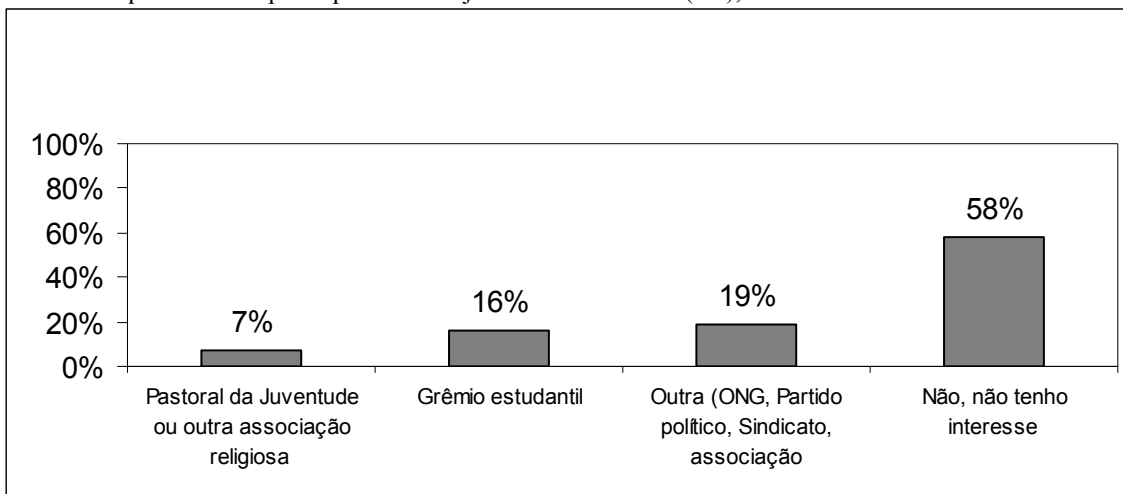
| | Esportiva | Religião | Não participa | Outros |
|---|-----------|----------|---------------|--------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 13% | 25% | 5% | 8% |
| Grêmio estudantil | 16% | 13% | 5% | 8% |
| Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação) | 5% | 1% | 7% | 17% |
| Não, nunca participei | 66% | 61% | 83% | 67% |
| Total | 38 | 61 | 147 | 24 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Se a situação referente à atual participação dos jovens nas instituições políticas está crítica, o quadro torna-se mais otimista quando se trata de uma eventual participação futura nessas instituições. No geral, notamos que há uma vontade dos jovens em participar. Observemos o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Futura Participação em Organizações Políticas

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.



N= 147: Caso você não participe, gostaria de participar de algumas dessas atividades?

Vê-se que a maioria (58%) não pretende mesmo participar, mas há na redução de 18% no nível de desinteresse. Ainda é alto o índice dos que não se interessam em participar nas instituições apontadas, mas vemos uma disposição significativa em “outros”, com 19% de pessoas interessadas, o grêmio ganha 16% de novos interessados, dobrando o percentual. Esse aumento liga-se, provavelmente, ao momento em que os jovens vivem sua vida escolar. O grêmio estudantil é o que lhe aparece como possibilidade imediata e efetiva de participação na vida política, no caso, na escola, que é o contexto político em que esses jovens encontram-se imersos. Também ONGs, partidos e sindicatos foram lembrados (19%). O que menos parece atrair é a religião.

A tabela seguinte apresenta os resultados comparando-se a intenção sobre a futura participação entre as e os jovens estudantes.

Tabela 5 - Futura participação em organizações políticas por gênero

| | Feminino | Masculino |
|--|----------|-----------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 11% | 4% |
| Grêmio estudantil | 21% | 12% |
| Outras (ONG, Partido Político, sindicato, associações) | 11% | 22% |
| Não, não tenho interesse | 57% | 62% |
| Total | 131 | 139 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Essa tabela mostra o interesse não concretizado das moças. Em maior número do que os rapazes, elas querem participar, principalmente do grêmio, e demonstram seu menor interesse quanto à sua participação em ONGs, partidos, etc. Também aqui o número dos que não pretendem participar constituem maioria. Mas na tabela que mede a participação efetiva (tabela 1), os rapazes participam mais. Aqui são as garotas que gostariam mais de participar.

Observamos que as jovens mantêm a tendência de buscar participação em atividades ligadas à religião, diferentemente dos rapazes. Mas – em maior grau – elas gostariam de participar nos grêmios estudantis. Elas almejam uma participação, mas não participam. A

diferença entre as jovens que não estão participando de grêmios nas escolas e que gostariam de participar é altamente significativa, salta de 5% para 21%.

Esse quadro é semelhante quando analisado pela ótica das três situações de trabalho. De modo geral, observamos que o grupo daqueles que nunca trabalharam apresenta buscar outras formas de atuação política, que escapam à dimensão religiosa ou estudantil.

Outro dado significativo é que quem não se encontra trabalhando, (20% já trabalhou e 24% nunca trabalhou), busca fazer experiências de atuação política para além das duas grandes instituições que marcam a vida dos jovens, ou seja, a escola e a igreja.

Nossa leitura tem apresentado um quadro de expectativa favorável aos jovens que buscam estar inseridos em organizações políticas, de caráter menos convencional. Todavia, os que trabalham tendem, em maioria, a não desejar nenhum tipo de participação em organizações políticas. Se 56% dos jovens estudantes, no plano geral, disseram que não têm interesse em participar de organizações políticas, visto a partir da condição daqueles que está trabalhando, o percentual salta para 66%, reduzindo para 61% entre aqueles que já trabalharam, e estando abaixo do total geral entre os jovens estudantes que nunca trabalharam (51%). Há, então, interferência na participação dos jovens organizações políticas o fato de eles estarem ou não trabalhando. Será que o fator de não-trabalhar os torna inibidos?

Tabela 6 – Futura Participação em Organizações Políticas por trabalho

| | Trabalha | Já trabalhou | Nunca |
|---|----------|--------------|-------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 6% | 6% | 10% |
| Grêmios estudantis | 19% | 13% | 15% |
| Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação) | 9% | 20% | 24% |
| Não, não tenho interesse | 66% | 61% | 51% |
| Total | 107 | 62 | 101 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Se as opções de grêmios e grupos ligados à religião não figuram como canais significativos para uma futura atuação política entre estudantes das escolas particulares, aparecem, a seu turno, como grandes possibilidades para os jovens das escolas públicas participarem de organizações políticas: 9% em pastoral da juventude e 19% em grêmios estudantis. Já acerca da participação em atividades alternativas, isto é, em ONGs,

associações beneficentes, e outras associações, partidos, sindicatos, os resultados entre os estudantes de escolar particular são de grande relevância. Salta de 4% entre os que já participam para 40% entre aqueles que gostariam de participar. Neste caso, o quadro, sofre pouca variação entre os jovens estudantes das escolas públicas: de 5% entre os que já participam, sobre para 13% entre os que gostariam de participar.

Nos dois casos, a maior parte não pretende participar, mas os jovens das escolas públicas têm um interesse *menor*.

Tabela 7 – Futura Participação nas Organizações Políticas por Escola

| | Pública | Particular |
|---|---------|------------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 9% | 0% |
| Grêmio estudantil | 19% | 6% |
| Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação) | 13% | 40% |
| Não, não tenho interesse | 59% | 54% |
| Total | 216 | 54 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

No que se refere às atividades comunitárias o grêmio Estudantil é a organização que os jovens que já participaram de atividade religiosa mais gostariam de participar, assim como os estudantes ligados aos esportes, com percentuais de 21% para ambos. É uma situação um pouco diversa no quadro geral quando verificamos uma tendência do jovem em buscar participação em outras formas de atividades comunitárias que não o Grêmio e a Pastoral. A tabela abaixo traz informações sobre a participação do jovem:

Tabela 8 – Futura Participação nas Organizações Políticas por Atividade Comunitária

| | Esportiva | Religião | Não participa | Outros |
|---|-----------|----------|---------------|--------|
| Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa | 5% | 13% | 6% | 4% |
| Grêmio estudantil | 21% | 21% | 13% | 8% |
| Outras (ONG, Partido Político, Sindicato, Associação) | 19% | 12% | 19% | 25% |
| Não, não tenho interesse | 55% | 54% | 62% | 63% |
| Total | 38 | 61 | 147 | 24 |

Fonte: Pesquisa sobre o perfil político dos jovens em Londrina (PR), 2006. N= 270.

Considerações Finais

As pesquisas a respeito dos jovens e a sua participação política, apresentadas neste trabalho, trazem interessantes pontos de reflexão, como, por exemplo, a relação entre capital social, cultura política e juventude.

Desse modo, no conjunto deste trabalho sobre juventude e participação política, fizemos uso do conceito de capital social para entendermos a construção do contexto político atual, especialmente após o processo de redemocratização do Brasil. Também esse mesmo conceito ajudou-nos na leitura da resposta que a juventude tem dado a partir das mudanças da cultura política brasileira, isto é, trata-se de uma sinalização de que a cultura híbrida traz em si elementos que favorecem o fortalecimento da democracia, embora mantenha traços do passado. Observamos isso entre os jovens, ao se sentirem menos motivados pela política formal atual e mais interessados por política feita por formas e em espaços alternativos, informais e menos ideológicos.

Para que, de fato, ocorra a produção de capital social é indispensável a contribuição dos agentes de socialização política, mesmo influenciados e transformados pelas novas tecnologias. Entre os agentes, citamos a família, a escola, a igreja, partidos políticos, os meios de comunicação. Há muito a que ser feito para que essa realidade envolva um número cada vez maior de jovens. A socialização política da juventude nessa direção é ausente.

Para isso, apontamos a urgência de se promover uma atuação efetiva dos agentes de socialização, no sentido de que suas ações contribuam para incentivar os jovens ao envolvimento em associações voluntárias, ampliando a incorporação de crenças e valores de confiança e de solidariedade. E o capital social aí gerado leva também ao crescimento do capital social da sociedade como um todo, logo interferindo na cultura política.

Como já afirmamos, a relação que se dá nas esferas desses grupos, gera, por sua vez, a confiança, a solidariedade, a tolerância entre os jovens, elementos próprios do capital social que afeta a cultura política como um todo. Em outros termos, se a participação direta nesses espaços alternativos, não tem incidência direta na política institucional, no conjunto, o capital social gerado nesses grupos juvenis fomenta a cultura política. É como se fossem “portas” para se adentrar na política mais formal. Nessa ótica, a participação dos jovens em

tais atividades parte da situação em nível micro (pessoal) para o macro (coletivo), num processo gradual de interferência na política institucional. Nazzari, assim, mostra tais relações e conseqüências,

no plano individual, desencadeiam sentimentos de confiança, reciprocidade, identidade cívica e previsibilidade. No plano social, fortalecem a cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público e, no plano institucional, levam ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais (NAZZARI, 2006, p. 205).

Esse processo se dá por que o capital social “surge como mecanismo que poderia proporcionar as bases de um resgate e revigoramento da participação dos cidadãos na política” (BAQUERO, 2005, p. 94). Os grupos e movimentos, assim, geram o envolvimento em associações formais ou informais, sobretudo pela reciprocidade e confiança produzidas entre os grupos sociais e os cidadãos. Em outras palavras, os grupos associativos operam como canais que possibilitam o desenvolvimento de habilidades cívicas que, ao fim, estendem-se também às esferas políticas, envolvendo, desde já, a confiança recíproca, elemento fundamental para a estabilidade democrática.

Referências:

- BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. “Educação de Jovens e Construção de Capital Social: Que Saberes são Necessários?” In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs). *Capital Social. Teoria e Prática*. Ijuí: Unijui, 2006.
- BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. Credibilidad política e Ilusiones democráticas: Cultura Política y Capital Social en America Latina. *Revista Ecuador Debate*, Quito, n.º 62, pp. 137-160, ago 2005.
- DALLABRIDA, Roque Valdir. “A Dimensão Inatingível do Desenvolvimento. Algumas reflexões preliminares” In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs). *Capital Social. Teoria e Prática*. Ijuí: Unijui, 2006.
- NAZZARI, Rosana Kátia. “Capital Social, Cultura e Socialização Política: A Juventude Brasileira” In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs). *Capital Social. Teoria e Prática*. Ijuí: Unijui, 2006.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SILVEIRA, Angelita Fialho. “O Empoderamento e a Constituição de Capital Social entre a Juventude” In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs). *Capital Social. Teoria e Prática*. Ijuí: Unijui, 2006.
- SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIN, Maria S. Souza de. Socialização Política e Capital Social: Uma análise da Participação da Juventude no Contexto Escolar e Político. *Revista Educação Unisinos*, v. 09, n.º2, pp. 155-163, maio/ago 2005.